

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.01.017

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA UEPB: CONQUISTAS E DESAFIOS DO NAI

*Karla Karina Abrantes Rêgo*¹

*Herbert Costa do Rêgo*²

*Jeane Leal*³

*Alindembergue de Araújo Oliveira*⁴

RESUMO

Com a presença de discentes com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior, precisamos realizar mudanças necessárias na busca de garantir a inclusão de tais discentes nas nossas Instituições de Ensino Superior – IES. Assim, o objetivo principal do presente estudo é discutir as práticas inclusivas desenvolvidas no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo. Como instrumento metodológico, utilizamos a observação *in loco*. A pesquisa foi desenvolvida no segundo semestre de 2023. Tivemos como participantes, 9 discentes com deficiência sendo 2 na graduação, 5 na especialização e 2 no mestrado. Os resultados indicaram que a mediação dos tradutores intérpretes de Libras, do educador especial, organização de palestras e minicursos são práticas que favorecem a inclusão de discentes com deficiência ou TEA no ensino superior. Concluímos que o NAI da UEPB é um espaço fundamental para a construção de materiais didáticos,

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, karla.rego@servidor.uepb.edu.br.

2 Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, herbertrego@servidor.uepb.edu.br.

3 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, jeaneleal@servidor.uepb.edu.br.

4 Especialista em Gestão em Administração Pública pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, alindembergue@servidor.uepb.edu.br.

o fortalecimento de parcerias, bem como, para uma formação de educadores que promulga os pressupostos da educação inclusiva.

Palavras-chave: Ensino Superior; Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; Deficiência; TEA.



INTRODUÇÃO

Refletir em relação as ações desenvolvidas visando o apoio às pessoas com deficiência na Educação Superior nos comete a refletir sobre os principais desafios diante de demandas e fragilidades ao ingressarem nas instituições públicas nos níveis mais elevados de ensino.

Desse modo nos deparamos com um contexto educacional que busque a equidade de acesso e permanência da pessoa com deficiência no Ensino Superior com ações voltadas às acessibilidades físicas e metodológicas que garantam um ensino de qualidade. Sobretudo, contamos com a nossa Constituição de 1988, que em seu artigo 5º estabelece “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade” (Brasil, 1988).

Mediante essa vertente, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI situada na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campus I, tem como missão realizar um atendimento sócio pedagógico que garanta o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades matriculados na UEPB em Campina Grande - PB, na busca da superação de barreiras, ampliação e consolidação da cidadania.

Considerando os pontos elencados, houve o interesse em desenvolver essa proposta de intervenção com base na seguinte problemática e questão norteadora: Como se dá o Atendimento Educacional Especializado no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UEPB Campus I?

A fundamentação teórica desta pesquisa terá por base as contribuições de Bart (2008), Quadros (2000), Loureiro (2004), Dallan e Mascia (2012), dentre outros, evidenciando os objetivos inseridos propostos e enfatizando a relevância de temas como esse para a sociedade. Nesse estudo, temos como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental, segundo Gerhardt e Silveira (2009), com observação participante conforme Mazucato (2018), dentre outros, para que possa compreender como é realizado o Atendimento Educacional Especializado no ensino superior nessa instituição.

Desta forma, a presente investigação tem como objetivo analisar o Atendimento Educacional Especializado para os estudantes de Graduação, Especialização e Mestrado matriculados na UEPB, Campus I, realizado por

uma equipe multidisciplinar do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão-NAI, por meio de ações relevantes para o apoio didático-pedagógico com a intenção de estabelecer conexões do aluno com instituição.

Nesse aspecto, temos como suporte legal a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), vigente desde 2008 no Brasil, que garante a inclusão em todas as etapas e modalidades de ensino, com objetivo de organizar o AEE para os alunos com deficiência inseridos nas instituições de ensino, que aborda (Brasil, 2008, p. 10):

O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Como podemos perceber existe a garantia às necessidades educacionais especiais do aluno com deficiência perpassando por todos os níveis, etapas e modalidades, desde a Educação Infantil, até a Educação Superior. Para isso se faz necessário um olhar diferenciado durante a vida acadêmica desse aluno na intenção de vislumbrar o acesso e a permanência na instituição.

2 METODOLOGIA

O Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência vem resultando mudanças significativas em todos os níveis de ensino, principalmente

a nível superior. Diante desse avanço, não devemos deixar de explanar algumas políticas públicas brasileiras relacionadas aos procedimentos acadêmicos referentes aos alunos que estão vivenciando essa modalidade de ensino.

Para isso, iniciamos esse contexto histórico pelo primeiro documento elaborado, a Constituição Federal de 1988 de modo que transcorre um dos princípios do ensino que é “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). Desse modo está explícito “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado aos portadores [sic] de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (Brasil, 1988). Consideramos que naquele ano (1988) já se compreendia sobre o AEE, sobre a condição de acesso e de permanência na escola. Mas isso não é uma realidade em todas as universidades do nosso país, muita coisa ainda deve ser feita partindo a princípio da conscientização.

Na década de 90, o Aviso Curricular nº277, de 8 de maio de 1996, o Ministério da Educação e Cultura - MEC direcionou para às pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior (Brasil, 1996a) dando a orientação a reitores das instituições para se adequarem no que diz respeito a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, no processo seletivo, adaptações de materiais didáticos, critérios de avaliação das provas, organização das salas, recursos necessários para a realização das provas, profissionais especializados, adaptações físicas e flexibilidade pedagógica, dentre outros buscando a permanência do aluno na instituição.

Por volta de 1999, após a LDB 9394/96 é publicado o Decreto nº3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, definindo a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular” (Brasil, 1999, p.1). Diante do Decreto nº 3.298/99, publica-se a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que determina, em seu artigo 2º (Brasil, 2001b) “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Percebemos que essa citação faz menção aos sistemas de ensino enfatizando uma educação de qualidade para todos e não especificamente da educação especial. Para o ano de 2002 temos as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2002), na qual destacam-se que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Também temos a Lei nº 10.436/02 (Brasil, 2002), que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras no currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Em 2003 foi implantado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade a fim de “apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos” (Brasil, 2008), este programa incentiva a capacitação de gestores e educadores em relação ao AEE e às garantias de acessibilidade. Em relação ao Ensino Superior no mesmo ano é sancionada a Portaria nº 3.284 (Brasil, 2003), que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas “portadoras de deficiências” para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Com a quantidade de alunos com deficiência entrando para o Ensino Superior, o Ministério da Educação publicou em 2003 a Portaria nº 3.284 que estabelece “condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino” (Brasil, 2003), vislumbrando a acessibilidade, a permanência e diplomação desse aluno.

Em 2007 diante do compromisso assumido na Convenção Internacional de Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) nomeou uma comissão no intuito de discutir e elaborar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008a, p.11), onde foram discutidos conceitos voltados a educação especial e educação inclusiva que permeiam por todos os níveis de ensino:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse contexto percebemos que a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva se atenta não apenas para a estrutura física dos ambientes educacionais, mas amplia-se para materiais didáticos, novas tecnologias e atividades de pesquisa e a extensão, características estas do ensino superior, também neste documento existe a definição de quem pertence a educação especial que são as pessoas com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Outro documento voltado ao AEE elaborado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação é a Resolução de nº 04 de 02/10/2009 de modo a destacar a eliminação de barreiras encontradas na formação, e que impedem a plena participação desses indivíduos na sociedade, através do desenvolvimento de sua aprendizagem. Nesse aspecto podemos observar no documento (Brasil, 2008, p.15-16):

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados.

Nesse viés percebemos que no atendimento educacional especializado do ensino superior comporta a flexibilidade do currículo, adaptação de material didático, estruturas físicas, mobília, comunicação dentre outros, viabilizando o atendimento de qualidade, ou seja, a garantia da acessibilidade na trajetória acadêmica do aluno com deficiência na busca da autonomia e da aprendizagem significativa.

Para isso, como apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais que compõem o corpo discente da UEPB, Campus I, o NAI é o setor responsável pelo desenvolvimento de ações que visam a eliminação de barreiras no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, para refletirmos conceitos de acessibilidade e de inclusão na Educação Superior, observamos a LBI em seu art. 3º, inciso I (Brasil, 2015, p. 02):

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Complementando o documento citado acima em 2011 houve a publicação do Decreto nº 7.611, em 2011 (Brasil, 2011b), que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art.3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Percebemos que por meio desse decreto temos garantido a igualdade de aprendizado e de oportunidades em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, fortalecendo o Atendimento Educacional Especializado no ensino superior e na estruturação de núcleos de acessibilidade.

Permeando pela nossa pesquisa não podemos deixar de explanar a metodologia que iremos utilizar, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p.12) “se fazer uma pesquisa científica, não basta o desejo do pesquisador em realizá-la; é fundamental ter o conhecimento do assunto a ser pesquisado, além de recursos humanos, materiais e financeiros.”

Sob a ótica da nossa pesquisa bibliográfica e documental podemos nos embasar por Fonseca (2002, p. 32) que relata:

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

O autor esclarece sobre o sentido da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, suas características e maneiras que podem ser vinculadas à leitura, interpretação de livros e análise de manuscritos, teses. Também contemplamos em nossa pesquisa a observação participante que conforme Mazucato (2018) vincula-se com uma participação real, direta, sem mediação do pesquisador com o objeto, a comunidade ou o grupo estudado, mas presente à comunidade investigada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante toda a legislação vigente, a UEPB em 2004, no Campus I, criou-se o Núcleo de Educação Especial - NEDESP, vinculado ao Departamento de Educação e Centro de Educação, através do Projeto de Retide do Prof. Dr. Eduardo Onofre. Apenas em 2019 com a regulamentação do NEDESP por meio da Resolução do CONSUNI/0298 que ocasionou a mudança de nomenclatura para Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI e foi realmente formalizada. O núcleo desenvolve atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com o que dispõe o Estatuto da UEPB, no artigo 128⁵ voltada para

5 Art. 128 A Universidade poderá organizar Núcleos que envolvam atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa ou extensão, os quais estarão vinculados aos Departamentos e às Pró-Reitorias correspondentes, com composição e funcionamento definidos em seus regimentos.

as pessoas com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD e Altas Habilidades.

O NAI tem como missão realizar um atendimento sócio pedagógico que garanta o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades matriculados na UEPB e em suas instituições parceiras, na busca da superação de barreiras, ampliação e consolidação da cidadania. Como objetivos ressaltamos: o desenvolvimento programas de esclarecimento e orientação que conscientizem o corpo docente, discente e técnicos administrativos da UEPB; criação de métodos pedagógicos que possa mediar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência matriculados na UEPB; promoção de cursos, palestras e eventos científicos referentes ao processo de ensino-aprendizagem para alunos com deficiência; solicitação às instâncias pertinentes da UEPB a aquisição de materiais e equipamentos de acessibilidade, bem como a remoção de barreiras arquitetônicas, de locomoção, de mobiliários, entre outros; articulação intersectorial a proposição/implementação de políticas públicas de inclusão na UEPB; desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão de acordo com as linhas de pesquisa do núcleo, garantindo a participação e efetivando diálogo com a comunidade interna e externa da UEPB.

As linhas de pesquisa do NAI são de Educação Especial, Educação Matemática Inclusiva, Ensino de Ciências e Inclusão, Formação de Professores e Inclusão, e Tecnologias Assistivas. Na Educação Especial se dedicará à análise dos aspectos teóricos e metodológicos da temática da Educação Especial, que se direciona para uma Educação Inclusiva no sistema escolar, a dinâmica da inclusão no cotidiano da sala de aula, à docência, os alunos e a perspectiva culturalista no contexto da temática em questão. Já a Educação Matemática Inclusiva é voltada às políticas públicas direcionadas para a educação matemática e inclusão escolar favorecendo as práticas inclusivas. No Ensino de Ciências e Inclusão reflete-se às políticas públicas voltadas para ensino de ciências e inclusão escolar, favorecendo práticas inclusivas da área. Na Formação de Professores e Inclusão destaca-se o projeto político-pedagógico na educação especial em uma perspectiva inclusiva, planejamento de ensino, avaliação da aprendizagem, relação professor-aluno, adaptações curriculares, materiais adaptados e acessíveis, atendendo à necessidade de fomentar a formação continuada, entendida como componente essencial da profissionalização docente.

Por fim as Tecnologias Assistivas voltadas para as questões de acessibilidade preconizando o processo de ensino-aprendizagem.

Atualmente dispomos de uma equipe capacitada para dar andamento as ações do NAI composta por 1(um) coordenador, 2 (dois) tradutores/intérpretes de Libras, 1 (uma) tradutora da Libras para português escrito, 1 (um) secretário da Especialização em Educação Inclusiva, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI e da Revista de Educação Inclusiva - REIN da UEPB.

Esse estudo teve como base alunos matriculados no mestrado, especialização e graduação no ano de 2023 que necessitam de um Atendimento Educacional Especializado, conforme tabela abaixo:

Tabela 01: Relação dos acompanhamentos do NAI.

ALUNOS	ATENDIMENTO	FORMAÇÃO	CURSO	Quantidade
01	Surdos	Mestrado	Formação de Professores	02
02	Cego com TEA	Graduação	Letras Espanhol	01
03	Surdos	Graduação	Pedagogia	01
04	Deficiência Visual	Especialização	Educação Inclusiva	01
05	Surdos	Especialização	Educação Inclusiva	04

Fonte: Autoria própria (2023)

Cada aluno que acompanhamos possui características únicas na abordagem e no aprendizado, resultando em atendimentos diferenciados e específicos de acordo com as necessidades e limitações individuais que observamos por meio dialogado com os alunos e familiares. Nessa pesquisa os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto, sem a identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas.

Os alunos com enumeração 01 são acompanhados no mestrado deste seu período de matrícula às atividades acadêmicas no mestrado de Formação de Professores. A tradução das atividades acadêmicas acontece com o intermédio dos intérpretes e da tradutora que por meio de textos, vídeos, conversa via *Whatszapp* ou presencialmente em Libras, na qual são abordadas temáticas desenvolvidas na disciplina, tendo em vista que um aluno está em processo de defesa da dissertação e o outro se preparando para a qualificação.

Com o aluno 02 o atendimento é feito no NAI em detrimento a sua especificidade. Estudante do curso de Letras-Espanhol, por ser cego, tinha

dificuldades em acompanhar a turma durante o semestre na disciplina de Libras ministrado por um professor surdo, o que dificultava a comunicação pois se comunicavam apenas em língua de sinais. O aluno seguia com suas atividades da disciplina e no contraturno comparecia ao NAI para o Atendimento Educacional Especializados com intuito de suprir a necessidade no aprendizado de uma língua viso-motora. Nesse propósito, para que pudesse aprender a língua de sinais foram organizadas estratégias com a Libras tátil, desse modo podemos perceber a evolução dessa disciplina devido a esse acompanhamento.

O atendimento com o aluno 03 se dá no ambiente acadêmico, seu ingresso na instituição se deu no semestre 2022.1 para o curso de Licenciatura em Pedagogia. Com o início das aulas notou-se uma necessidade de um aprofundamento tanto da Língua Portuguesa (modalidade escrita) quanto da própria Língua de Sinais, pois tem pouco conhecimento sobre as duas línguas trazendo consigo uma língua gestual caseira para manter a comunicação com seus familiares. A princípio a maior preocupação era se compreendia o que estava sendo sinalizado, mas, ao constatar as dificuldades de compreensão se fez necessário aprender a língua de gestual que dispunha e tentar manter um diálogo com sinais caseiros e a Libras. Haja vista que em suas atividades e leituras de textos acadêmicos existe um trabalho em equipe de leitura, interpretação e tradução por parte dos intérpretes e da tradutora resultando na conclusão de seus trabalhos das disciplinas em que cursa.

Nesse propósito de busca para passar os conteúdos de forma adaptada para o aluno, ainda é existente a dificuldade de compreender a Língua de Sinais, desse modo foram organizadas aulas de Libras conjuntamente com os professores surdos para suprir essa defasagem linguística. Atualmente, esse aluno apresenta uma boa interação com as turmas na qual está inserido, mas o aprendizado da língua de sinais está sendo primordial para o desenvolvimento cognitivo, social e familiar.

Com os alunos 04 e 05 locados na especialização temos acompanhamentos diversos. Para o aluno 04 podemos ressaltar o acompanhamento individualizado em Libras tátil em horários acordados com os intérpretes de Libras e nesse viés oportunizar esse aluno a se comunicar com o surdo. Já para os alunos 05 o acompanhamento dos intérpretes agregados com o tradutor do português escrito torna o aprendizado de maneira eficiente e eficaz a luz de um apoio solícito nas nossas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a inclusão no Ensino Superior por meio de um Atendimento Educacional Especializado é algo recente nas universidades que demandam práticas inovadoras, com base na legislação vigente que exigem a necessidade de profissionais especializados. Nesse aspecto, faz-se necessário que a comunidade educacional conheça, reconheça e respeite a realidade e as características do contexto acadêmico na perspectiva inclusiva.

Nesse interim, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI, da Universidade Estadual da Paraíba, através de seus colaboradores vivenciam com os alunos com deficiências constantes desafios no âmbito acadêmico, dos quais procuramos encaminhar soluções para ingresso e permanência de todos discentes que possuem necessidades educacionais especiais, por meio dos serviços do atendimento educacional inclusivo. Em vista disso, ainda nos deparamos com professores excludentes que impedem os alunos com deficiência a vivenciarem um aprendizado autônomo, levando-os em algumas situações até de desistência destes de cursos.

Embora tenha alguns equipamentos específicos e profissionais especializados para atender as demandas acadêmicas de seus discentes com deficiência, necessitamos de uma estrutura física mais acessível para todos que necessitam de nosso atendimento.

Diante desse contexto, cabe destacar que o núcleo em tela dispõe de equipamentos adquiridos ao longo de sua existência como impressoras braille, scanner converte imagem em texto e digitaliza, computadores com leitor de tela e com equipamentos de multimídia, lupas manuais, regletes, sorobãs e alguns jogos pedagógicos com vistas a atender os atores sociais com algum tipo de deficiências matriculadas nos cursos de graduação e de pós-graduação da referida instituição de ensino superior. Além do mais, todo esse trabalho é realizado em uma equipe comprometida, capacitada, com profissionais dedicados, tentando proporcionar ao aluno com deficiência todo atendimento necessário a sua necessidade educacional.

REFERÊNCIAS

AMPESSAN, João Paulo. **A escrita de expressões não manuais gramaticais em sentenças da libras pelo sistema SignWriting**. Dissertação (Mestrado). Centro

de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Linguística,
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

BART, Creice. **Construção da leitura/escrita em língua de sinais de crianças surdas em ambientes digitais**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

BERNARDINO, Elidéa Lúcia. 1999. 318f. **A construção da referência por surdos na Libras e no português escrito: a lógica no absurdo**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, BH, 1999.

BÓZOLI, Daniele Miki Fujikawa. **Um estudo sobre o aprendizado de conteúdos escolares por meio da escrita de sinais em escola bilíngue para surdos**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2015.

BROCHADO, Sônia Maria Dechandt. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira**. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2003.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (editores). **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**, Volume II: Sinais de M a Z. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. **Sign Writing: como escrever a articulação visível dos sinais da Libras**. In: _____. **Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em linguística e neurociências cognitivas**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Inep: CNPq: Capes: Obeduc, 2012. v. 1, p. 168-171.

CURY, Daniela Ramalho. **Escrita de sinais: concepções de educadores Surdos e ouvintes**. Dissertação (Mestrado) 2016. 133f. Faculdade de Educação, Campinas, da Universidade Estadual de Campinas, SP, 2016.

DALLAN, Maria Salomé Soares. **Signwriting: escrita visual para língua de sinais no processo de sinalização escrita.** II Congresso Nacional de Surdez. São José dos Campos, 2009.

DALLAN, M. S. S. e MASCIA, M. A. A. **A escrita em sinais: uma escrita própria para a LIBRAS.** In: LINS, H. A. de M. (org.). **Experiências docentes ligadas à educação de surdos: Aspectos de formação.** Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

FRUTIGER, Adrian. **Sinais e símbolos: desenho, projeto e significado.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GONÇALVES, Angélica Rodrigues. **Produção escrita de alunos surdos de escola inclusiva: um estudo contrastivo português / libras.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LOUREIRO, C. B. C. **Processo de apropriação da escrita da língua de sinais e escrita da língua portuguesa: informática na educação.** 2004. 150 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MAZUCATO, Thiago. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** Penápolis: FUNEPE, 2018.

NEVES, Bruna Crescêncio. **Educação bilíngue para surdos e as implicações para o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua.** Tese (Doutorado)

Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

NOBRE, Rundesth Saboia. **Processo de grafia da língua de sinais uma análise fono-morfológica da escrita em SignWriting**. Dissertação (Mestrado) Centro de Comunicação e Expressão Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

QUADROS, R. M. **A alfabetização e o Ensino da Língua de Sinais**. Canoas; **Textura**, Nº, 3, p. 53-62, 2000.

SILVA, Camila Michelyne Muniz da. **A interlíngua Português-Libras na produção textual escrita de pessoas surdas adultas usuárias de Libras aprendizes do português escrito como segunda língua**. Dissertação (Mestrado) 2018. 115f. Programa de Pós Graduação em Letras. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, Recife, 2018.

SPINASSÉ, K. P. **Os conceitos de língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil**. Revista Contingentia, vol. 1, n. 1, nov. 2006, p .01-10.

STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STUMPF, M. R. **Escrita de Sinais II**. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/escritaDeSinaisII/assets/492/TEXTO-BASE_EscritaSinais2.pdf

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WANDERLEY, Débora Campos. **A classificação dos verbos com concordância da Língua Brasileira de Sinais: uma análise a partir do SignWriting.** Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, 2017.

